

ATA DA 36ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS, REALIZADA EM BRASÍLIA/DF

Local: Auditório da CNI, SBN Q 1, Ed. CNI, 15º andar Brasília/DF

Data: 12 de agosto de 2004

Início: 09h30

Término: 12h40

PARTICIPANTES CTPOAR:

Ministério do Meio Ambiente - SRH: Roberto A. Monteiro (roberto.monteiro@mma.gov.br)
Ministério do Meio Ambiente – ANA: Marco Antônio Félix (marcofelix@ana.gov.br)
Ministério dos Transportes: Fred Crawford Prado (fred.crawford@transportes.gov.br)
Ministério das Cidades: João Carlos Machado (joaocarlos.machado@cidades.gov.br)
Ministério da Integração Nacional: (ausência)
Ministério das Minas e Energia: Carlos R. da Costa (carlosrodrigues@dnpm.gov.br)
Ministério da Saúde: Girlene Rodrigues Leite (girlene.leite@funasa.gov.br)
Conselhos Estaduais MG/ES: Célia Maria Brandão Fróes (celia@igam.mg.gov.br)
Conselhos Estaduais SP/RJ: Leila de Carvalho Gomes (lgomes@sp.gov.br)
Conselhos Estaduais PR/MT: Norberto Ramon (ramon@pr.gov.br)
Conselhos Estaduais CE/BA: Altamirano Vaz L. Neto (alordelo@srh.ba.gov.br)
Conselhos Estaduais RN/AL: Carlos Alberto Martins (cmartins@rn.gov.br)
Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Teresa Maria Arruda Lana (teresa.lana@emae.sp.gov.br)
Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: (ausência)
Portuários e Hidroviários: (ausência)
Indústria: Reginaldo Gomes da Silva (rgomes@ambigeo.com.br)
Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Osmar José Gualdi (comite@recursoshidricos.sp.gov.br)

PARTICIPANTES CTAS:

Ministério da Ciência e Tecnologia: Elzvir Azevedo Guerra (egueria@mct.gov.br)
Ministério do Meio Ambiente – SRH: (ausência)
Ministério da Saúde: Girlene Rodrigues Leite (girlene.leite@funasa.gov.br)
Ministério de Minas e Energia: Marcelo Jorge Medeiros (marcelo@df.cprm.gov.br)
Ministério do Meio Ambiente ANA: Fernando Roberto de Oliveira (fernando@ana.gov.br)
Ministério da Defesa: José de Souza Leal Neto (jslealneto@hotmail.com)
Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento: Luiz Novais de Almeida (luizalmeida@agricultura.gov.br)
Conselhos Estaduais MG/ES: Maria Luiza Silva Ramos (malu@igam.mg.gov.br)
Conselhos Estaduais GO/DF: Luiz Antonio Barbosa (luizgeo@ig.com.br)
Conselhos Estaduais RN/AL: Carlos Alberto Martins (cmartins@rn.gov.br)
Conselhos Estaduais PR/MT: Everton Luiz da Costa Souza (veto@pr.gov.br)
Conselhos Estaduais SP/RJ: Elcio Linhares Silveira (elciols@daee.sp.gov.br)
Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: João Carlos Simanke de Souza (jsimanke@sabesp.com.br) (jsimanke@terra.com.br)
Indústria: César Augusto Paulino Grandchamps (cpg@mbr.com.br)
Pescadores e Usuários da Água para o Lazer e Turismo: Jackson Araújo Reis (jackson@ctaq.com.br)
Comitês, Consórcios e Associação Intermunicipal de Bacias Hidrográficas: José Alcides Fonseca Ferreira (joalff@yahoo.com.br)
Organizações não Governamentais: Wilson de Azevedo Filho (wilfilho@terra.com.br)

CONVIDADOS:

Maricene M. O. M. Paixão (outorga.subt@igam.mg.gov.br)

Valdijon Estrela - DNPM/GO – (valdijon@terra.com.br)
Sebastião Peixoto Filho – DNPM/GO – (peixotofilho@brturbo.com.br)
José Cupertino Tenório Netto – ABINAM (jc.tenorio@uol.com.br)
João Batista Lins Coitinho – DPNM/SC – (joao.coitinho@dnpm.gov.br)
Dário Moraes de Almeida – DNPM – (dario.almeida@dnpm.gov.br)
Márcio Corrêa – CEMIG – (mcorrea@cemig.com.br)
Greice Bastos Federmann – CEMIG – (greice@cemig.com.br)
Lúcio Carramillo Caetano – CTAS RJ – (lcaetano@ige.unicamp.br)
Zoltan Roprero Rodrigues – SRH/BA – (zoltan@srh.ba.gov.br)
Leonardo Mitre Alvim de Castro – ANA – (mitre@ana.gov.br)
Maria de Lourdes Pereira dos Santos – CVRD – (maria.lourdes.santos@cverd.com.br)
Elzira Déa Alves Barbour – CETESB – (elzira@cetesb.sp.gov.br)
Dorothy C. P. Casarini – CETESB – (dorothy@cetesb.sp.gov.br)
Emanuel Teixeira de Queiroz – DNPM – (emanuel@dnpm.gov.br)

RELATORIA CTPOAR:

Raquel Scalia Alves Ferreira (raquel.scalia@cnrh-srh.gov.br)

RELATORIA CTAS:

Sebastião Domingos de Oliveira (sebastiao.oliveira@mma.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Às 09h30 do dia 12 de agosto do ano de dois mil e quatro, sob a presidência do Sr. João Carlos Simanke de Souza (Presidente da CTAS) e da Sra. Leila de Carvalho Gomes (Presidente da CTPOAR), procedeu-se à abertura da 37ª Reunião da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas – CTAS e da 36ª Reunião da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. Estas Câmaras se reuniram conjuntamente durante do período matutino do dia 12/08/2004. O Presidente da CTAS cumprimentou a todos, dando boas vindas e passou diretamente para o único assunto de pauta a ser discutido durante a manhã, e indicou a necessidade de inscrição para as manifestações. Antes de iniciar as manifestações, foi dada a palavra para a Presidente da CTPOAR que complementou a abertura da reunião cumprimentando a todos e desejando um bom dia de trabalho. **Item I** – Avaliação do Seminário “A Gestão das Águas Minerais, Termas, Potáveis de Mesa e para Fins Balneários e a Gestão de Recursos Hídricos”. O Sr. Simanke iniciou as discussões informando que o evento foi elogiado, por proporcionar a apresentação das partes envolvidas. Ressaltou a necessidade de se enfrentar o problema da integração, das divergências que vêm ocorrendo e sugeriu que não fosse apresentada a versão antiga da resolução para não causar polêmica. A Sra. Leila lembrou que as discussões seriam mais conceituais, e que, durante o evento foram expostos os problemas, os medos e as ansiedades setoriais; que não se deseja ferir as competências setoriais; que há necessidade dos órgãos licenciadores estaduais se manifestarem; que alguns Estados já possuem integração de procedimentos para as questões ambientais e de recursos hídricos e finalizando ressaltou a necessidade de se trabalhar de forma respeitosa, racional e não intervindo nas competências evitando assim os choques. O Sr. Simanke informou que as palestras do evento seriam disponibilizadas pelo site www.cnrh-srh.gov.br e lembrou a todos que, quando houver utilização do material, a fonte deve ser citada. Agradeceu a participação da Sra. Patrícia Bóson que estaria elaborando relato sobre o evento. O Sr. José Cupertino (ABINAM) disse que o evento somou para entendimento da questão e elogiou as palestras proferidas pelo Sr. Lancia e pela Sra. Salete, por situarem onde estão os poderes, as delegações e como se devem comportar. O Sr. Simanke solicitou que fosse projetado o art. 9º da Resolução CNRH nº 29, que estabelece a necessidade de se observar atos normativos que visem integrar as legislações mineral, ambiental e de recursos hídricos, considerando à atividade mineraria prevista no Decreto-lei nº 7.841 de 1945 – Código de Águas Minerais e assim ressaltou a necessidade de se trabalhar na elaboração do ato normativo que estabeleça a integração

dos procedimentos, o que foi ratificado pela Sra. Leila. O Sr. Sebastião (DNPM/GO) abordou as fronteiras de competências existentes, questionando o que seria analisado primeiramente num processo, o licenciamento ambiental ou as análises do DNPM? E que o DNPM não poderia se responsabilizar por coisas que não são da sua competência. O Sr. Emanuel (DNPM) disse que as palestras do evento pontuaram questões que todos gostariam de ter ouvido; que o entendimento da importância da água mineral extrapola o conhecimento que foi entendido no âmbito da CTAS. Lembrou que a água mineral é um dos bens que contribui significativamente no mercado nacional e internacional existindo uma significativa geração de empregos no Brasil; ponderou que a exploração deve ocorrer de maneira sustentável. Disse que o seminário estabeleceu um marco zero e que se deveria rever a resolução, considerando os aspectos jurídicos. Comentou sobre a nova proposta de resolução encabeçada pela CNI e lembrou dos esforços para elaboração da proposta de resolução trabalhada na CTAP e que foi arquivada na última reunião do CNRH, fato este que não deveria ocorrer com a resolução da CTAS. A Sra. Leila lembrou que ninguém quer invadir a competência, e isso ficou bem claro durante o seminário, o que se busca é o consenso. Sugeriu que fosse reiniciada a discussão da minuta de resolução e para tanto propôs a criação de um GT composto pelos membros da CTAS e da CTPOAR para um trabalho conjunto já envolvendo a outorga. O Sr. Simanke observou a necessidade de se elaborar a resolução, principalmente considerando que os Estados já estão solucionando os seus entraves, atitude essa que deveria ter sido da União. Disse que existe a dúvida se água mineral é recurso hídrico, contudo nos estados BA, SP, PR não paira dúvida de que deve ser respeitada a competência do DNPM articulando com os órgãos de licenciamento ambiental. Ressaltou que a legislação pretende proteger o bem e não fazer reserva de mercado, mesmo assim devesse considerar o viés econômico. O Sr. Simanke ainda ratificou que água mineral, subterrânea é recurso hídrico. O Sr. Roberto Monteiro (SRH/MMA) comentou sobre o excelente nivelamento de conhecimentos e pensamentos setoriais proporcionados pelo evento o que prova que nenhum setor pode sobressair sobre os outros. Lembrou a palestra do Sr. Valter Otaviano e afirmou que está provada a necessidade da complementariedade das legislações e as suas integrações de forma sinérgica. O Sr. Valdijon (DNPM/GO) disse ter receio da integração e comentou sobre a harmonia existente entre o DNPM e a Agência Ambiental no estado de Goiás. A Sra. Maria Luíza (CERH/MG-ES) questionou sobre o percentual de indústrias de água mineral que estão associadas a ABINAM e parabenizou os trabalhos realizados por essa associação em prol da água mineral. Respondendo ao questionamento, o Sr. José Cupertino (ABINAM) esclareceu que mais de 80% das empresas do setor estão associadas a ABINAM, 100% associadas ao SINDINAM e lembrou que estão trabalhando para qualificação das mesmas com intuito fomentar as exportações considerando o potencial de mercado existente. Também comentou sobre a uniformização das embalagens a partir de padrões de qualidade. A Sra. Maria Luíza, continuando sua intervenção lembrou que o objetivo da resolução e das discussões não seriam de interferir na comercialização, na desvalorização do produto no mercado e sim integrar procedimentos. Disse que a outorga é um dos instrumentos da gestão e que deve ser respeitada e contemplada no Plano de Bacia, assim como as especificidades da água mineral deveriam ser consideradas nesse Plano. Após comentários da Sra. Maria Luíza que também ponderou sobre a análise conjunta da proposta de resolução pelas Câmaras Técnicas, a Sra. Leila apoiou a proposta, bem como a Sra. Célia Fróes (CERH/MG). O Sr. César (Indústrias) ponderou sobre as repetições de temas que vêm ocorrendo nas intervenções, isto devido a conclusão já alcançada, ou seja, água mineral é subterrânea e que a integração já é realizada nos Estados e assim com o intuito de catalizar os trabalhos disse que a CNI preparou uma nova proposta de resolução, respeitando os mais de 18 meses de trabalho da CTAS, as competências do DNPM, a gestão de recursos hídricos e exclui a necessidade do empreendedor de "bater a porta dos órgãos". Solicitou que o encaminhamento da mesma ocorresse à tarde. A Sra. Dorothy (CETESB-SP) disse que gostaria de ter a proposta da CNI para poder comparar os textos existentes; apoiou as palavras do Sr. Roberto Monteiro de que houve avanços no Seminário, ou seja, discussões sobre as definições se água mineral seria ou não recurso hídrico ou subterrânea, não necessitariam ser prolongadas, considerando que

isto já está definido em Lei e que o objetivo atual seria a integração, respeitados os parâmetros de qualidade e quantidade, sustentabilidade e potencial econômico. Lembrou que a resolução deve ser efetivamente utilizável e que os membros das câmaras seriam capazes de elaborar um procedimento para a sustentabilidade dessa atividade minerária. O Sr. Simanke complementando, disse que essa sustentabilidade proporcionaria credibilidade ao produto. O Sr. Emanuel concordou com a sugestão da Sra. Leila que sugeriu como procedimento a ser ponderado, os já utilizados pelo setor elétrico, ou seja, reserva de disponibilidade hídrica. Solicitou apresentação novamente do fluxograma de procedimentos existentes nos Estado da Bahia e Paraná com o intuito de firmar conceitos. O Sr. Elcio (CERH/SP-RJ) comentou sobre o binômio qualidade e quantidade, devido às possíveis fontes de poluição, ao potencial econômico e assim o fator da conservação que também deveria ser considerado. Ponderou que não se deveria rever conceitos e sim integrar. Firmou que essa integração seria necessária no CNRH por ser tripartite, contudo sempre respeitando as Leis existentes. Afirmou que ninguém seria contra a atividade econômica, mas precisaria ser integrada em nível de recursos hídricos e que não existiria o intuito de criar dificuldade e nem comportamentos diferentes. Teria o intuito de facilitar a vida do empresário, considerando que a lavra sem licenciamento não possui valor e a intenção seria utilizar as ferramentas de gestão já existentes. Sugeriu a criação de regras mais práticas, até mesmo um balcão único, mas que sempre fosse respeitado o plano da bacia. O Sr. Altamirano (CERH/CE-BA) comentou que a outorga é uma ferramenta para o Estado e poderia ser até para o DNPM; que não adiantaria fazer uma reserva de água durante 4 anos sem saber se a lavra será concedida, para tanto deverá haver integração entre os órgãos; que o empreendedor perdendo a lavra deveria perder a outorga; que a outorga seria um instrumento de controle e que não ocorre financiamento sem outorga para determinadas atividades; e que a outorga seria uma forma de peneirar, sendo assim um instrumento muito bom para o DNPM. Lembrou também a necessidade de se considerar o Comitê da Bacia e os planos. Sugeriu que fosse utilizado o que já está sendo usado nos Estados e parte dos procedimentos já utilizados para o setor elétrico. O Sr. Osmar (Comitês) disse que do ponto de vista da gestão de recursos hídricos a água mineral seria insignificante, mas deveriam ser contemplados o aspecto mineral dessa água e sua qualidade. Disse também que o DNPM poderá se adequar aos novos procedimentos e que a outorga seria o equilíbrio da equidade. O Sr. Wilson (ONGs) verificou dois grandes consensos: 1) Integração, para um modelo de desenvolvimento sustentável. 2) Para extração há necessidade de outorga d'água. E concluiu dizendo que as indústrias, as empresas associadas a ABINAM são usuários de recursos hídricos, assim necessitam de outorga. O Sr. Marcelo Taylor (Indústrias) reiterou que todos concordam com a integração, mas o não consenso está em como fazer esta integração. Disse que se a resolução indica a necessidade de outorga para exploração que irá indubitavelmente recair na justiça; que está se buscando a gestão integrada, a necessidade de como conversar um setor com o outro. Opinou que se deveria focar em como garantir que a exploração dos recursos minerais, em termos de quantidade e qualidade, seja sustentável. A Sra. Leila rememorou os procedimentos adotados no setor elétrico, ou seja, a reserva de disponibilidade hídrica dizendo ser uma forma interessante, principalmente para o balanço hídrico da bacia, alcançando assim a somatória das demandas dos usuários. Disse que o empreendedor inteligente seria aquele que observa tudo ao redor; que o bom senso deveria ser mais forte que uma leitura fria da legislação; que o mais importante seria conversar e não temer a outorga. O Sr. Marcelo Taylor, disse que o empreendedor não pode ter medo da outorga; que concorda com o bom senso, mas que ele não prevalece e recai como obrigações para o empreendedor. A Sra. Maria de Lourdes (CVRD) resgatou dois momentos: 1) Em 1999, no Encontro ocorrido em São Lourenço, onde a ABINAM levou o conceito da água mineral como bem nobre; 2) A reunião da CTAS, em 2001, onde se levantou o problema relacionado às águas de São Lourenço, e onde despontou a dificuldade no consenso sobre os conceitos ligados às águas minerais e às águas subterrâneas, dificuldade esta agravada por legislações distintas existentes, no contexto dos recursos minerais e dos recursos hídricos. Lembrou que a Lei 9.433/97 fala do uso integrado e dos usos múltiplos como fundamentos, e por

isto não há que se discutir a necessidade de integração, que já está posta, mas sim buscar o consenso conceitual. O Sr. Fernando (ANA) ratificou que a questão nuclear da proposta de resolução seria a integração e que deveria ser discutido o instrumento administrativo a ser utilizado e isso iria envolver a questão legal e técnica. A Sra. Elzira Déa (CETESB-SP) expôs suas dúvidas referentes à quantidade de conflitos existentes e a essência dos mesmos. Discorreu sobre as experiências existentes no Estado de São Paulo com o DNPM, além da Resolução deste Estado que trata da área de restrição e controle a ser criada por todos os atores envolvidos, quando da exploração de águas subterrâneas, que também estariam considerando o plano de bacia, o estudo de quantidade e qualidade e o diálogo com o Comitê, e isso seria um exemplo da integração, alcançando um zoneamento. Falou da importância do DAEE (órgão outorgante) ser ouvido quando da exploração de água mineral, conforme indica Portaria 231, onde todos estão contemplados e que já seria uma diretriz. Disse somente ter ouvido discursos de sustentabilidade econômica durante o evento. Comentou sobre sua preocupação quando foi convidada para proferir palestra no Seminário, cujo tema seria sustentabilidade e questionou o que poderia falar sobre o tema então decidiu mostrar o exemplo de São Paulo que já errou muito, mas que está aprendendo com os seus erros. Encerrando os trabalhos da reunião conjunta CTAS e CTPOAR foi passada a palavra ao último inscrito, da parte da manhã, o Sr. Luiz Antonio (CERH/DF-GO) que comentou sobre a questão da integração ser fundamental, mas a dificuldade ocorreria quando das desigualdades dos órgãos e falou que ao seu ver quando da pesquisa de lavra, a água não seria tratada como mineral, mas já seria uma interferência no recurso hídrico. Afirmou que na Bahia é dada outorga para água mineral, o que foi discordado por alguns do grupo, e que a Sra. Leila relatou aos presentes, chamando a atenção do DNPM, para o fato de conflitos já existentes em São Paulo, entre a exploração de águas minerais e outros usos de recursos hídricos, comentando o caso de um Prefeito de uma estância mineral, ter procurado o DAEE, para solicitar auxílio na gestão desse conflito, pois necessitavam de explorar água subterrânea para abastecimento público da cidade. Ele também comentou que o setor elétrico não estava sendo fomentado devido à ausência de um tratamento melhor dos órgãos gestores de recursos hídricos existentes, e complementou dizendo ser isso palavras da atual Ministra de Minas e Energia o que foi corrigido pela plenária que o informou que a então Ministra abordou em seu discurso os procedimentos de licenciamento ambiental e não de outorga. Finalizando, Sra. Leila falou da importância dos assuntos serem claros e transparentes e que não fossem colocadas segundas intenções nas palavras dos membros. Disse se espantar, infelizmente a esse momento do dia, onde tudo apontava para uma situação de construção, o que pareceu pela manhã, estava sendo distorcido, então sugeriu a busca efetiva, no início da tarde, período o qual a CTPOAR não se faria presente, de se analisar a existência de um objetivo (outorga) ou não e para que ele fosse atingido, determinar pontos de consenso. Assim encerrou a reunião conjunta. **Tarde.** Às 14h22, sob a presidência da Sra. Leila (Presidente da CTPOAR), foi dada continuidade à 36ª Reunião da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. A Presidente reiniciou passando diretamente para o item II.

Item II – Aprovação da Ata da 36ª reunião. A ata foi aprovada com modificações.

Item III – Relato sobre o andamento dos trabalhos do GT Integração dos Procedimentos de Outorga de Uso de Recursos Hídricos e de Licenciamento Ambiental. O Sr. Leonardo (ANA) informou que a última reunião do GT, ocorrida no dia 11 de agosto, teria sido a segunda reunião com discussão da proposta de resolução, no caso em sua versão 01. Rememorou as reuniões ocorridas do GT, destacando: na 1ª reunião, a presença de 11 Estados, num total de 26 técnicos; na 2ª reunião, a primeira análise completa do texto da proposta de resolução; na 3ª reunião, a presença de 20 técnicos, dentre estes representantes de 8 Estados (TO, RO, AM, MG, SP, PE, RN, PR) com análise de toda a versão em apreciação. Contudo lembrou que a meta não teria sido alcançada, ou seja, a finalização da análise, por isso existiria a necessidade de mais uma reunião do GT, para debate dos pontos em abertos que estão concentrados em somente dois artigos, com destaque para o art. 6º, que estabelece o momento da emissão da outorga de direito de uso de recursos hídricos. Disse que a resolução busca a plena articulação entre os

285 órgãos, não só no sentido de cobrança de documentos, mas de induzir a análise/decisão
286 conjunta. De forma geral disse que participação dos estados está muito interessante, nos
287 aspectos técnicos, rica em exemplos, assim fomentadora. Destacou que os
288 representantes do Estado do Rio Grande do Norte estão ansiosos para a publicação da
289 resolução, para que possam aplicar em seu Estado. A Sra. Leila comentou sobre a
290 necessidade da manifestação prévia em se tratando de obras de infra-estrutura,
291 momento esse que se pode adequar o projeto. O Sr. Leonardo reiterou a solicitação do
292 GT, que a próxima reunião ocorresse fora de Brasília, propondo que a Câmara Técnica
293 também se reunisse no mesmo local. Com isso foi sugerido Minas Gerais, considerando
294 os procedimentos integrados já implantados no Estado. A Sra. Leila externou sua
295 satisfação em relação à eficácia do GT e solicitou contribuições dos membros da CT até o
296 dia 01/09. Todos os membros da CTPOAR reforçaram a indicação para o envio de
297 correspondência a todos os órgãos licenciadores e outorgantes para participarem da
298 última reunião do GT, diante da importância do diálogo e da troca de informações,
299 considerando que a resolução irá atingi-los. **Item IV** Continuação da análise, (Versão
300 01), da proposta de resolução que estabelece diretrizes para o Plano de Utilização da
301 Água na Mineração, conforme previsto na Resolução CNRH nº 29, de 11 de dezembro de
302 2002. Foi passada a palavra ao Sr. Dário que rememorou o ocorrido na última reunião da
303 CTPOAR, quando foi apreciada a proposta de resolução, sendo a versão a encaminhada
304 pelo Sr. Leonardo, e que as discussões foram concentradas nos detalhamentos
305 conceituais. Lembrou que a proposta de resolução foi encaminhada para recebimento de
306 contribuições, o que não ocorreu, mas que no presente momento estava recebendo
307 novas contribuições do Sr. Leonardo. Como metodologia de trabalho para esta reunião, a
308 Sra. Leila sugeriu a leitura de todo o texto da versão 01 e que posteriormente as
309 discussões fossem concentradas nas partes em destaque (vermelho), o que foi acatado
310 por todos. Após a leitura da proposta de resolução, o Sr. Leonardo demonstrou sua
311 discordância em relação à redação do art. 3º, considerando a divisão do porte dos
312 empreendimentos. Diante das discussões, a Sra. Maria de Lourdes questionou a aplicação
313 do plano, no formato apresentado, para todos os portes de empreendimentos e sugeriu
314 que fosse explicitado no texto os portes e os itens de estudos que irão compor os
315 respectivos planos de utilização. A Sra. Célia Fróes (CERH/MG) opinou que os portes dos
316 empreendimentos deveriam ser classificados conforme sua interferência nos recursos
317 hídricos e que a definição apresentada na resolução deveria ser dos portes, o que parece
318 ser mais amplo, e não da classificação. Em concordância, a Sra. Leila sugeriu que a
319 definição ficasse no art. 2º. Seguindo o mesmo raciocínio, o Sr. Altamirano ponderou
320 sobre erros que podem ocorrer, conforme exemplo da classificação que propõe o
321 enquadramento das infrações, assim concluiu dizendo que deverão existir as definições,
322 mas não podendo amarrá-las. Integrando as propostas o Sr. Leonardo ponderou que
323 fosse definido um plano BÁSICO e quando o órgão gestor sentisse necessidade solicitaria
324 itens específicos de estudos. A Sra. Maricene (IGAM) reiterou que o plano de utilização
325 da água será BÁSICO para todos os empreendimentos minerários e poderá ser
326 adequado, não simplificado, em função do porte do empreendimento. Complementando
327 lembrou que o plano de utilização possui sua dinâmica e estará condicionado a
328 quantidade e qualidade dos recursos hídricos. O Sr. Fred (MT) sugeriu que não fosse
329 definido o porte, sendo o empreendedor responsável em indicá-lo. O Sr. Dário disse que
330 a resolução não poderá afetar os procedimentos internos dos órgãos gestores e, com
331 isso, determinados critérios deverão ser solicitados pelo órgão gestor. A Sra. Maria de
332 Lourdes, falou sobre a concatenação de procedimentos e questionou o local onde estaria
333 definido, na proposta de resolução, a atualização do plano de utilização. O Sr. Fred
334 apoiou a necessidade de atualização do plano de utilização e que deveriam estar
335 definidas a validade do mesmo e a metodologia de atualização. Dando continuidade ao
336 questionamento da classificação do porte, os Srs. Altamirano, Leonardo e Fred
337 ponderaram sobre a explicitação do tipo de substância minerária ou do fator
338 contaminante. Finalizando as discussões, a Sra. Maria de Lourdes comentou sobre a
339 necessidade do usuário entender perfeitamente o que se pretende com o Plano de Uso da
340 Água, sendo necessária uma resolução com texto claro e com listagem de ações
341 exequíveis. Acordou-se a disponibilização da proposta de resolução em discussão (Plano

de Utilização da Água), contendo os resultados dessa reunião (Versão 02 – Anexo I) para o dia 13/08. A Sra. Leila encerrou os trabalhos da 36ª Reunião da CTPOAR às 17h20 agradecendo a presença de todos, solicitando a apreciação da proposta de resolução da CTAS e da proposta da CNI, que trata de água mineral. Ratificou a data do dia 01/09/2004 para envio de contribuições para a proposta de resolução que trata da integração dos procedimentos de outorga de uso de recursos hídricos e o licenciamento ambiental e da proposta de resolução que trata do Plano de Utilização da Água na Mineração. Ficaram também definidas as datas de 09/09/2004 para a 4ª Reunião do GT Integração dos Procedimentos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos e Licenciamento Ambiental e de 10/09/2004 para a 37ª reunião da CTPOAR, sendo, pela manhã, conjunta com a CTAS, em Brasília.

Ata aprovada na 37ª reunião, realizada em 10 de setembro de 2004.

LEILA DE CARVALHO GOMES
Presidente

RAQUEL SCALIA ALVES FERREIRA
Relatora